

ESCRITÓRIO

Sindicato se reúne com assessoria jurídica

Uma reunião foi realizada na manhã do dia 22/7, na sede do Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Rondônia (SEEB-RO) entre os dirigentes sindicais e os advogados Elton Assis, Karoline Monteiro, Derivaldo Júnior e Kátia Pulling, do Escritório Fonseca & Assis Advogados Associados (que presta assessoria jurídica ao Sindicato), com o objetivo de ampliar a interação e compartilhamento de informações sobre as demandas judiciais impretadas pelo SEEB-RO.

Os dirigentes José Pinheiro (presidente), Euryale Brasil (secretário geral), Oswaldmundo Esteves (Finanças), José Toscano (Administração), Clemilson Farias

(Imprensa), Maria do Socorro (Jurídico) e Ivone Colombo (Saúde), tiveram, no encontro, a oportunidade de receber esclarecimentos sobre o andamento das ações judiciais já tramitando na Justiça e também fazer e encaminhamento de novas ações que dizem respeito aos direitos dos filiados, tanto bancários como cooperativários.

Na mesa de reunião ficou estabelecido ainda que será colocada em prática uma ação para ampliar a celeridade dos processos e o alcance do atendimento advocatício aos associados do Sindicato em todo o Estado, principalmente com maior acessibilidade dos trabalhadores junto ao Escritório, com sede em Porto Velho.



DESCASO

Por falta de ar condicionado, agência do Banco da Amazônia em Extrema era a 'sucursal do inferno' há quase oito meses

A problemática de sistemas de climatização em agências bancárias parece ter virado uma rotina na vida dos bancários de Rondônia. Somente neste ano várias denúncias de ar-condicionados desligados, inexistentes ou sistemas de refrigeração de agências com mau funcionamento chegaram ao Sindicato, dando conta de ambientes de trabalho que são considerados verdadeiros purgatórios para os trabalhadores.

No dia 19/7 o problema era na agência Madeira-Mamoré da Caixa, em Porto Velho, e só foi solucionado 10 dias após a apresentação do defeito e, principalmente, por conta da pressão dos dirigentes sindicais que foram ao local conferir a agonia dos empregados do banco público.

No dia 20 chegou a informação de que a agência do Banco da Amazônia no distrito de Extrema, que fica a mais de 300 quilômetros da Capital, estava desde o mês de novembro com problemas de ar condicionado, sendo que nenhum dos aparelhos funcionava e que o próprio gestor já havia desistido de procurar recursos para fazê-los funcionar, alegando que além de não funcionarem como deveriam, iriam ampliar o consumo de energia da agência em vão. É de conhecimento geral que o clima da região conhecida como Ponta do Abunã (que reúne ainda os distritos de Nova Cai-



lifórnia, Vista Alegre do Abunda e Fortaleza do Abunã) é de altas temperaturas na maior parte do ano.

Os funcionários, após cumprir o expediente diário, chegavam em suas casas completamente suados, como se estivessem andando embaixo de sol escaldante o dia inteiro. O banco teria utilizado, como justificativa pela demora na solução do problema, a dificuldade na contratação de empresa que prestem o serviço necessário numa região tão distante da região urbana de Porto Velho.

Alguns profissionais da área já teriam ido à agência, mas fizeram apenas a limpeza dos equipamentos, e não a troca e reposição de peças, o que não solucionou o pro-

blema.

"Estamos numa espécie de sucursal do inferno, tamanho é o calor, insuportável e que compromete o trabalho dos bancários e até dos terceirizados, que trabalham com botas e roupas bem pesadas. Não há nenhum ar-condicionado funcionando e, mesmo com o uso de ventiladores, precisamos trabalhar com todas as portas e janelas abertas para minimizar esta quentura toda, o que compromete também a segurança de todos", detalhou um funcionário.

Somente após a ação do Sindicato, por meio de cobranças e divulgação de matérias, é que o problema foi solucionado, com o conserto dos equipamentos.

Somente com ação do Sindicato, Caixa resolve problema de ar-condicionado com defeito em departamentos

Somente após 10 dias de sofrimento, num ambiente de trabalho tomado pelo calor, simplesmente porque faltava gás refrigerante no sistema de refrigeração, é que os funcionários da agência principal da Caixa Econômica Federal, no Centro de Porto Velho, puderam voltar à rotina de trabalho com o ar-condicionado funcionando perfeitamente.

Foi esta a agonia vivenciada pelos empregados de departamentos que ficam no segundo andar onde funciona a Superintendência Cai-

xa Econômica Federal (Prédio Madeira-Mamoré), a exemplo da Gerência de Filial de Retaguarda de Agências (Giret).

Ao saber do fato, dirigentes do Sindicato foram ao local e constataram que naquele setor a central de ar apenas ventilava, mas não havia nenhuma refrigeração ao ambiente, que logo era tomado por um calor insuportável, como detalharam os trabalhadores aos sindicalistas na visita feita no dia 19/7.

No local alguns dos empregados já estavam recorrendo ao uso

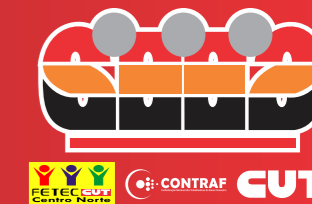
de pequenos ventiladores, tamanho era o calor que vinha castigando o ambiente de trabalho.

"Lamentamos que o banco só resolva problemas como esse depois que ele acontece. Não há nenhuma medida preventiva ou temporária de manutenção de equipamentos e demais estrutura do banco para permitir o mínimo de qualidade de vida aos trabalhadores em seu local de trabalho", disse Euryale Brasil, secretário-geral do SEEB-RO e empregado da Caixa.



BANCÁRIOSRO

Informativo do Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Rondônia - Agosto de 2016



www.bancariosro.com

SÓ A LUTA TE GARANTE



A Campanha Nacional Unificada 2016 vai ser uma das mais aguerridas dos últimos anos. A luta dos bancários contra demissões, por mais contratações, aumento real, PLR maior, fim da terceirização e condições de trabalho decentes, este ano vai se somar à mobilização nacional de toda a classe trabalhadora contra a retirada de direitos como a reforma da Previdência, que pretende aumentar a idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres para até 70 anos.

Essa foi a decisão referendada pelos 633 delegados eleitos em todo o Brasil para debater e votar a pauta de reivindicações dos bancários, que será entregue à federação dos bancos (Fenaban) no dia 9 deste mês.

PRIORIDADES - Reunidos entre os dias 29 e 31 de julho na 18ª Conferência Nacional dos Bancários, os trabalhadores da categoria definiram suas prioridades em relação a emprego, saúde e condições de trabalho, segurança (leia nas páginas centrais).

Na remuneração, o índice de reajuste salarial reivindicado é de 14,78% com aumento real de 5% mais inflação projetada em 9,31%.

A PLR a ser cobrada dos bancos será de três salários mais R\$ 8.317,90 de parcela fixa adicional e 14º salário. Para o piso, o salário mínimo do Dieese (R\$ 3.940,24). O valor do vale-alimentação e da 13ª cesta reivindicado é de R\$ 880. Para o vale-refeição, R\$ 40 ao dia.

"Essa será uma campanha em que temos que ter unidade, para cobrar dos bancos aumento real de salário, melhores condições de trabalho e fim do assédio

moral. E não podemos aceitar de modo algum a política de abono, que os bancos sempre querem impor. Precisamos também lutar para preservar a saúde dos bancários, porque somos a categoria que mais tem sofrido com adoecimentos de ordem psíquica por causa das metas abusivas e do assédio moral", avaliou José Pinheiro, presidente do Sindicato de Rondônia.

MOBILIZAÇÃO CONJUNTA - Os trabalhadores também aprovaram a divulgação de um manifesto contra o golpe e a retirada de direitos, assinado por algumas das maiores centrais sindicais do país.

A abertura da Conferência, na sexta 29, contou com a participação de dirigentes de várias categorias, como petroleiros, metalúrgicos, vigilantes.

ESTRATÉGIA - Além da unidade entre trabalhadores de bancos públicos e privados, os bancários aprovaram estratégias de luta em defesa do emprego, das empresas públicas, pelo fim das demissões imotivadas e da terceirização.

Os bancários dizem não à reforma da Previdência como está apresentada pelo governo interino, à proposta que coloca o negociado sobre o legislado, em defesa da CLT, do SUS, além da importância de esclarecer a população sobre a alta taxa de juros, tão nefasta à sociedade.

PARIDADE - Os delegados votaram que a partir de 2017, a Conferência deverá contar com a participação mínima de 30% de mulheres. Também foram aprovadas moções, como a contrária à violência de gênero.

BANCÁRIOS REIVINDICAM

- ✓ Reajuste salarial de 14,78% (aumento real de 5% mais inflação projetada em 9,31%)
- ✓ PLR de 3 salários mais R\$ 8.317,90
- ✓ Piso de R\$ 3.940,24 (salário mínimo do Dieese)
- ✓ Vale-refeição de R\$ 40 por dia
- ✓ Vale-alimentação de R\$ 880
- ✓ 13ª cesta-alimentação de R\$ 880
- ✓ Auxílio-creche/babá de R\$ 880
- ✓ 14º salário

Auxílio-educação

Pagamento para graduação e pós-graduação.

Emprego

Fim das demissões, mais contratações, combate à terceirização sem limites prevista no PLR 30/2015, a ser votado no Senado. Além da ratificação da Convenção 158 da OIT, que coíbe dispensas imotivadas.

Ascensão profissional

Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) com igualdade de oportunidades para todos, mulheres, negros, gays, lésbicas, transexuais e pessoas com deficiência (PCDs).

Saúde e melhores condições de trabalho

Fim das metas abusivas e do assédio moral, combate ao assédio sexual, melhoria nos programas de retorno ao trabalho, eleição de Cipa em todos os locais.

Segurança

Prevenção contra assaltos e sequestros, aumento no número de vigilantes nas agências e ampliação dos dispositivos de segurança.

PAUTA GERAL DOS TRABALHADORES

- ✓ Defesa dos direitos trabalhistas
- ✓ Defesa das empresas públicas, como Banco do Brasil, Caixa, Banco da Amazônia...
- ✓ Contra a reforma da Previdência que impõe idade mínima para aposentadoria
- ✓ Manutenção do SUS (Sistema Único de Saúde).

LANÇAMENTO EM RONDÔNIA - O Sindicato dos Bancários de Rondônia fará, na manhã do dia 12/8, em frente ao prédio da Caixa Econômica Federal da avenida Carlos Gomes, no Centro de Porto Velho, o lançamento oficial da Campanha Nacional dos Bancários 2016. Contamos com a presença de todos os bancários.

RESOLVIDO

Após denúncias do Sindicato, Itaú garante 'saída segura' feita da forma 'correta'

Depois que o Sindicato denunciou a rotina de constrangimento diário aos funcionários do Itaú em todo o Estado, o banco garantiu, por meio do Gestor de Segurança da Região, Alexandre Rodrigues, que está proibida a revista de toda e qualquer bolsa, mochila ou similares portados pelos trabalhadores - atividade intitulada, pelo banco, como 'saída segura' - e que então seria feita a revista apenas em malotes ou sacos, caso estivessem sendo carregados pelos bancários.

Alexandre confirmou que iria se reunir com todos os gestores das agências do Itaú para passar a orientação do procedimento a ser feito da forma 'correta'.

ENTENDA

No início de julho a direção regional do Itaú baixou uma ordem para que todos os bancários que utilizam bolsas, mochilas e similares no local de trabalho fossem revistados ao concluir o expediente, com a justificativa de que, se estivessem transportando numerários, poderiam ser vítimas potenciais da ação de criminosos (assaltos, sequestros) ao sair da agência. A revista era feita pelos vigilantes que sequer tinham poder de polícia para tal atividade, ou seja, mais uma irregularidade, com o desvio de

função para os vigilantes.

“Ocorre que essa iniciativa estava sendo deturpada, já que os funcionários não carregam malotes, nem ao entrar, nem ao sair das agências, até porque é proibido o transporte de numerários. E, com isso, os gestores acabavam atuando de forma ilegal ao constranger os funcionários, que eram obrigados a ter seus pertences revistados todos os dias. E para piorar, o funcionário que se negasse a ser revistado teria seu nome relatado em ata e, conseqüentemente, viria a sofrer retaliações por parte do banco. Nenhum trabalhador pode ser tocado ou ter seus pertences mexidos, principalmente os bancários, que são funcionários da empresa, dão um duro danado por horas e horas, e ao final do dia, exaustos e com vontade de ir pra casa e ver seus familiares, estavam sendo tratados como criminosos? Não podemos, enquanto sindicalistas, admitir tal postura que constrange e humilha ainda mais os trabalhadores bancários”, disparou José Toscano, diretor de Administração do SEEB-RO e funcionário do Itaú, que confirmou que atualmente não há mais esta revista de pertences pessoais e que o clima de constrangimento foi cessado após as denúncias ao Sindicato.

BANCO DA AMAZÔNIA

Banco volta a perder ação e terá que pagar 7ª e 8ª horas a substituídos



A ação por substituição processual impetrada pelo SEEB-RO contra o Banco da Amazônia, de forma coletiva, voltou a ser deferida, em forma de antecipação de tutela, na Justiça do Trabalho de Rondônia e, dessa vez, beneficiará mais 10 empregados que exercem a função de 'supervisor' e não recebem salários o valor referente às sétima e oitava horas trabalhadas, vencidas e vincendas, desde o período de 10 de dezembro de 2010.

A ação sindical tem, como objetivo, amparar os bancários que foram contratados como 'técnico bancário' - para trabalharem seis horas por dia (Artigo 224 da CLT) - mas que, a pretexto de exercerem função comissionada de 'supervisor', foram obrigados a trabalhar oito horas diárias, como se estivessem enquadrados nos chamados 'cargos de confiança'.

As duas sentenças, desta vez, foram publicadas no dia 5/7, e proferidas pelo Juiz Titular Antonio Cesar Coelho de Medeiros Pereira, da 8ª Vara do Trabalho (Processos Nº RTOOrd-0001259-69 2015 5 14 0008 e Processo Nº RTOOrd-0001261-39

2015 5 14 0008).

Contudo, a função de 'supervisor' não é um cargo de confiança, pois para isso teria que ser um cargo de chefia, com poder de mando, mandato, assinatura autorizada, a liberação de anotação de ponto e a existência de subordinados, a exemplo dos cargos de direção, gerência, fiscalização e equivalentes, todos estes com ganho de gratificação superior a um terço do salário de seus respectivos cargos.

Este foi o entendimento do magistrado, de que os empregados classificados como 'supervisor' não exercem função de confiança nos moldes preconizados no parágrafo 2º do artigo 224 da CLT, logo, não poderiam ter suas jornadas de trabalho estendidas de seis para oito horas.

“Por todo o exposto, considerando que as atividades de supervisores dos substituídos não se enquadram na hipótese do §2º do Art. 224 da CLT, vez que de natureza técnico operacional ou meramente burocrática, tendo o plus salarial o objetivo de remunerar a maior responsabilidade da atividade, acolhe-

se o pleito de pagamento das 7ª e 8ª horas trabalhadas, como extraordinárias, vencidas e vincendas, considerando a evolução salarial dos empregados, os dias trabalhados, as parcelas salariais (Súmula 264 do c TST), inclusive a gratificação mensal paga mensalmente, o adicional de 50% e o divisor 180, com reflexos em Descanso Semanal remunerado, 13º salário, férias acrescidas de 1/3 e FGTS durante todo o período não prescrito em que exerceu a função gratificada de Supervisor”, menciona trecho das sentenças.

O magistrado acolheu em parte o pedido de antecipação dos efeitos da tutela determinado ao banco que, no prazo de dois dias úteis após a ciência da sentença, proceda a redução da jornada de trabalho dos substituídos para 6 horas, ou remunere como extra as excedentes, sob pena de multa diária no valor de R\$ 5.000,00.

A ação foi conduzida pela advogada Karoline Costa Monteiro, do Escritório Fonseca & Assis Advogados Associados, que presta assessoria jurídica ao Sindicato.

BRADESCO

Lucro é de R\$ 8.274 bi no 1º semestre, com 4.478 postos de trabalho a menos

O Bradesco obteve lucro líquido ajustado de R\$ 8,274 bilhões, no 1º semestre de 2016. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), este resultado significou uma redução de 5,7% em relação ao 1º semestre de 2015. No 2º trimestre, o lucro líquido ajustado foi de R\$ 4,161 bilhões, com crescimento de 1,2% em relação ao trimestre anterior. O retorno anual sobre o Patrimônio Líquido médio foi de 17,4% e registrou redução de 3,4 p.p. em doze meses.

Segundo o coordenador da Comissão de Organização dos Empregados do Bradesco, Gheorge Vitti, o lucro continua exorbitante e os postos de trabalho diminuindo, o que significa um contrassenso. “Vamos continuar cobrando do banco sua responsabilidade social, pois o setor financeiro continua com os lucros nas alturas e com uma postura intransigente, pois ao invés de contratar mais, desemprega”, destacou.

Ainda de acordo com a análise do Dieese, as Operações de Crédito diminuíram 3,43% tanto em doze meses quanto em relação ao tri-



mestre anterior, alcançando um montante de R\$ 447,6 bilhões. As operações com pessoas físicas cresceram 0,8% frente ao trimestre anterior e 3,8% em doze meses, chegando a R\$ 148,9 bilhões, enquanto as operações com pessoas jurídicas alcançaram a cifra de R\$ 298,5 bilhões, o que representa uma redução de 5,3% em relação ao trimestre anterior e 6,7% em doze meses.

Cortes em postos de trabalho

Mesmo com o lucro nas alturas, o número de empregados na holding em 30 de junho de 2016 foi de 89.424, com corte de 4.478 postos de trabalho. O que significa uma queda de 4,8% em doze meses. Foram fechadas 145 agências e 9.590 correspondentes denominados Bradesco Expresso, contudo, abertos 22 Postos de Atendimento (PA's).

SANTANDER

Banco lucra R\$ 3,466 bi no semestre, mas corta 1.369 postos de trabalho

O Santander obteve lucro líquido gerencial de R\$ 3,466 bilhões no primeiro semestre de 2016, crescimento de 4,8% em relação ao mesmo período do ano passado. O lucro obtido no Brasil representou 19% do lucro global da Instituição, que foi de 2,911 bilhões de euros. A carteira de clientes cresceu 1,6 milhão em um ano. Mas mesmo apresentando este bom resultado, em um período em que a recessão se aprofunda no país, o banco cortou 1.368 postos de trabalho, sendo 1.265 apenas neste último trimestre.

A prova disso é a demissão de um bancário com oito anos de casa na agência da avenida Sete de Setembro, em Porto Velho, novamente por conta das metas impossíveis que os gestores impõe aos funcionários. Esta já é a sexta de-

missão somente neste ano, num quadro já defasado de pouco mais de 55 trabalhadores do Santander em Rondônia.

“Enquanto estão aí todas as evidências de que o banco continua a crescer, a obter mais e mais lucros, os gestores chegam para os funcionários, em reuniões diárias, com um discurso ditatorial em que afirmam que o bancário tem que dar o sangue para vender mais produtos, cumprir estas metas que estão ainda mais impossíveis de ser atingidas. Com isso, quando não há demissão, há o adoecimento do trabalhador, tamanho é o castigo por esse assédio moral e por essa desumana pressão dia após dia no local de trabalho”, avalia Clemlison Farias, diretor de Imprensa do Sindicato e funcionário do Santander.



ITAÚ

Itaú tem lucro de R\$ 10,7 bi no semestre, mas já são 2.995 postos de trabalho cortados em doze meses



O Itaú teve lucro líquido recorrente de R\$ 10,737 bilhões no primeiro semestre de 2016. Isso representou uma queda de 10,2% em relação ao lucro recorrente no mesmo período em 2015, que foi de R\$ 11,958 bilhões. Mas essa redução foi consequência do aumento das despesas de provisão para devedores duvidosos (PDD), que tiveram um crescimento de 21,4% nos primeiros seis meses do ano, passando de R\$ 10,973 bilhões em 2015, para R\$ 13,316 bilhões em 2016.

Apesar do resultado inferior ao mesmo período de 2015, o Itaú mantém seus lucros nas alturas e tem todas as condições de atender às reivindicações dos bancários, que lan-

çam sua campanha neste mês e entregam a pauta à Fenaban (federação dos bancos) no dia 9 de agosto.

“Apesar do período de crise financeira por que passa o país, o Itaú e os bancos em geral continuam sendo um dos setores mais lucrativos da economia brasileira. Portanto, não adianta os banqueiros virem com lamentação para a mesa de negociação da Campanha Nacional Unificada, sabemos que eles podem muito bem atender nossas reivindicações, tanto as de remuneração quanto as de emprego, saúde e condições de trabalho”, afirmam sindicalistas.

Chama atenção um outro dado importante do balanço, divulgado

pelo banco no dia 2/8. Mesmo com um lucro altíssimo, o Itaú extinguiu 2.995 empregos de junho de 2015 a junho de 2016, contribuindo assim para agravar a crise no país.

Ainda que apenas com o que ganha com receitas de tarifas e serviços - que tiveram alta de 8% em relação ao primeiro semestre de 2015 -, a instituição financeira cobre 163% de sua folha de pessoal. Ou seja, não há mesmo nenhuma justificativa para que uma empresa desse porte mande pais e mães de família para a rua. Lucra muito cobrando juros e tarifas exorbitantes da população e devolve desemprego à sociedade.

Sobre o atendimento a clientes e

usuários, o banco, apesar de ser uma concessão pública, está fechando agências em todo o país: hoje possui um total de 3.707 unidades, uma redução de 161 em doze meses.

O Itaú está investindo cada vez mais nas chamadas agências digitais. Mas a tecnologia não pode ser usada para extinguir empregos e prejudicar o atendimento à população, que têm direito ao atendimento presencial. Nossa pauta este ano contém uma série de reivindicações voltadas para essas unidades de atendimento. No Itaú, por exemplo, os dirigentes não têm acesso a essas agências e isso é prática antissindical.



PRESIDENTE: José Pinheiro
DIRETOR DE IMPRENSA: Clemlison Farias
DIRETOR FINANCEIRO: Osvaldumundo Esteves
CONSELHO EDITORIAL: José Pinheiro, Euryle Brasil e Clemlison Farias
Jornalista responsável: Rondineli Gonzalez - SRTE/RO 00700
Tiragem: 2.500 exemplares

BANCÁRIOSRO

Rua Gonçalves Dias, 110, Centro - Porto Velho - Rondônia
CEP 76801-076 | Fone 69 3224-5289 - Fax 3224-5384
E-mail: seeb_ro@ig.com.br | Home Page: www.bancariosro.com
REGIONAIS: Ji-Paraná: 69 3421-5468 / Cacoal: 3441-5289
Vilhena: 3221-2903 / Ariquemes: 8456-6274 / Rolim de Moura: 8401-2158

CAMPANHA

Manifesto das categorias em campanha salarial

As categorias em campanha salarial no segundo semestre de 2016, enfrentam uma conjuntura extremamente difícil de desemprego, arrocho salarial e de total insegurança e desamparo em relação à educação, saúde, previdência e assistência social. Neste cenário adverso, todas se unem em torno da mesma bandeira de luta: NENHUM DIREITO A MENOS!

Este manifesto, elaborado pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), ganhou a adesão das centrais sindicais CTB, Intersindical Central da Classe Trabalhadora e UGT, durante a Conferência Nacional dos Bancários.

Empregadores do setor privado e do setor público e aqueles que tomaram de assalto o governo brasileiro alegam que a crise econômica em que se encontra nosso país pede providências duras.

Apoiados por uma maioria conservadora no Congresso Nacional ameaçam retirar direitos históricos da classe trabalhadora.

As medidas propostas pelo governo interino ignoram o trabalhador e a sociedade brasileira, jogam no lixo seus direitos trabalhistas e sociais, impõem arrocho salarial e precarizam o trabalho, dificultando a todos os brasileiros o acesso a direitos garantidos pela Constituição. Esses direitos estão sendo cortados para pagamento de juros ao mercado financeiro,

que nos primeiros cinco meses de 2016 já atingem 6,5% do PIB.

Ao desrespeitar a Constituição Federal e a CLT, as propostas prejudicam indistintamente trabalhadores públicos e privados, na ativa ou aposentados, urbanos e rurais.

Nesse contexto, essas categorias são terminantemente contra a proposta de que acordos e convenções coletivas negociados com patrões possam reduzir direitos previstos na CLT, não aceitam a flexibilização do contrato de trabalho, nem a proposta de terceirização irrestrita.

Para garantir seus direitos sociais, fortemente ameaçados, os trabalhadores repudiam mudanças na política de valorização do salário mínimo e os retrocessos que envolvem a reforma da Previdência, como aumentar a idade mínima para a aposentadoria.

Da mesma forma, os trabalhadores são contra o estabelecimento, por 20 anos, de teto para gastos do governo por meio de emenda à Constituição Federal (PEC 241). Repudiam também a DRU (Desvinculação dos Recursos da União) e a DREM (Desvinculação dos Recursos dos Estados e Municípios). Esse conjunto de medidas do governo interino visa o desmonte dos serviços públicos, como saúde e educação, bem como a precarização do trabalho no setor.

Os trabalhadores e trabalhadoras representados pelas centrais que assinam este documento e em campanha salarial unificada repudiam também a criminalização dos movimentos sociais, a proposta de renegociação das dívidas dos Estados à custa de precarização dos salários e das condições de trabalho dos servidores, a privatização de empresas estatais, as mudanças no regime de partilha do pré-sal e a entrega de sua exploração às empresas estrangeiras, ferindo nossa soberania e traindo os interesses da nação.

Não bastassem todos esses ataques aos direitos individuais e coletivos, os trabalhadores ainda rejeitam a influência do judiciário nas campanhas salariais (interdito proibitório) e sua cumplicidade com medidas que levam à retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Por todos esses motivos, as centrais convocam suas bases para a construção de uma MOBILIZAÇÃO NACIONAL que mostre ao governo interino a união da classe trabalhadora em defesa de seus direitos.

Da mesma forma, as categorias representadas pela CUT, CTB, Intersindical Central da Classe Trabalhadora e UGT, em campanha salarial no segundo semestre de 2016, cerram fileiras e erguem sua voz proclamando: NENHUM DIREITO A MENOS! E reivindicam:

- 1 Respeito incondicional aos direitos contidos na CLT e na Constituição Federal;
- 2 Não à aprovação da PEC 241/2016;
- 3 Aumento real de salários;
- 4 Valorização do piso salarial de todas as categorias;
- 5 Melhores condições de trabalho e redução da jornada;

- 6 Estabilidade e geração de empregos;
- 7 Manutenção de todos os direitos previdenciários de trabalhadores urbanos e rurais;
- 8 Defesa da Seguridade Social e ampliação dos direitos já conquistados;
- 9 Reposição da inflação e aumento real nos valores dos benefícios de aposentados e pensionistas;
- 10 Uma política industrial que garanta a geração de empregos e renda;

- 11 Cumprimento de metas e prazos do PNE (Plano Nacional de Educação) nos estados e municípios;
- 12 Plenas condições de funcionamento do Fórum Nacional de Educação;
- 13 A defesa do patrimônio público e da soberania nacional;
- 14 Redução das taxas de juros;
- 15 Contra o PL da terceirização.

COMPANHEIRO, NÃO LUTE SOZINHO!

Filie-se ao Sindicato e fortaleça a luta de toda a categoria



SINDICATO DOS BANCÁRIOS E TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Saiba mais em www.bancariosro.com

CURSO

Saúde do Trabalhador como Direito Humano foi o tema de Negociação Coletiva de Saúde

52 dirigentes sindicais do país inteiro participaram do Curso de Negociação Coletiva de Saúde da Trabalhadora e do Trabalhador Bancário, na Escola Dieese de Ciências do Trabalho, em São Paulo, onde debateram sobre o que são os direitos humanos, as razões da saúde ser equiparada a esse direito fundamental, aos direitos de cidadania e também a conceituação de saúde como direito indisponível. Entre os dirigentes a Diretora de Saúde do SEEB-RO, Ivone Colombo.

O curso expôs ainda como esses temas relacionados à saúde também englobam a saúde dos trabalhadores e devem servir de princípios norteadores para todo e qualquer processo negocial envolvendo a questão.

"Precisamos manter uma atuação sindical vigilante e eficaz, pois enquanto defensores dos trabalhadores, o Sindicato tem que ter ainda mais acesso às informações sobre o quadro de saúde de seus representados, porque sabemos que o trabalhador, muitas vezes, tem que se submeter aos diagnósticos dos médicos contratados pela empresa, diagnósticos forjados, o que representa violação dos direitos fundamentais do trabalhador. O trabalhador é do-



de si, de sua saúde. Ele não pertence à empresa, nem ao médico da empresa. Saúde não se delega e nem se vende. Saúde se defende", avalia Ivone Colombo, diretora de Saúde do SEEB-RO, que mencionou que nos anos 90 a maior causa de afastamento era por LER/DORT e hoje 1/4 destes afastamentos é por problemas psíquicos.

A dirigente destaca ainda que na atual conjuntura nacional, o tra-

balhador está ainda mais ameaçado por riscos de mudanças na previdência social, de extinção de direitos trabalhistas, terceirização e precarização do trabalho.

"Tudo isso adoce ainda mais o trabalhador e a trabalhadora", conclui Ivone.

O curso foi uma iniciativa da Secretaria de Saúde do Trabalhador da Contraf-CUT e da Secretaria de Formação Sindical.

REPRESENTAÇÃO

Sindicato começa eleição de delegados sindicais nos bancos públicos

O Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Rondônia (SEEB/RO) deu início à escolha dos delegados sindicais nas agências do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia, em todo o Estado, a fim de definir os novos representantes dos empregados destes bancos em seus locais de trabalho.

A eleição acontece de 03 de agosto a 16 de setembro de 2016, dentro das próprias agências dos bancos públicos espalhados no Estado.

O DELEGADO SINDICAL - é o representante da categoria no local



de trabalho. É eleito democraticamente para ser o elo entre o Sindicato dos Trabalhadores.

É sua função promover a organização dos trabalhadores em sua unidade, com o objetivo de melhorar as condições de vida, salário e trabalho.

É seu papel, também, participar ativamente das atividades promovidas pelo sindicato e encaminhar as resoluções aprovadas nos encontros, congressos e fóruns da categoria bancária.

CASAS LOTÉRICAS

Funcionários conquistam reajuste salarial de 11%

Após duas rodadas de negociações, que se arrastaram por quase três meses entre o SEEB-RO e Sindicato dos Comissionários e Consignatários de Casas Lotéricas do Estado de Rondônia (Sincoron), representado pelo seu presidente, Francisco de Assis, o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) dos funcionários das casas lotéricas de Rondônia foi fechado com apenas o reajuste salarial de 11%.

No entanto, o índice final - que, em comparação à inflação do período da data-base da categoria (maio), representa ganho real de 1,17% - foi conquistado em cima de muita resistência de representantes patronais, já que a reivindicação da categoria era de 15% e mais a inclusão de um auxílio-refeição, este último, prontamente rejeitado pelos donos das casas lotéricas.

De acordo com dirigentes do SEEB-RO, o acordo, concluído no dia 25/7, volta a ignorar as reivin-

dicações sociais da categoria, que não consegue sequer um auxílio-refeição mesmo com todos os argumentos esgotados pelo sindicato junto aos patrões.

"Poderíamos estar celebrando um índice que permite o ganho real, principalmente pelo momento de fragilidade da economia brasileira. No entanto, voltamos a lamentar a postura dos donos das casas lotéricas, que não permitem a inclusão de novas cláusulas no Acordo Coletivo de Trabalho. Seriam garantias e benefícios que dariam mais valor e dignidade aos seus funcionários. Esperamos que nas próximas negociações os representantes patronais estejam mais sensibilizados e comecem a valorizar ainda mais os trabalhadores, que há muito tempo esperam ter suas reivindicações atendidas a contento", avalia José Pinheiro, presidente do Sindicato.

O índice de 11% deverá ser pago de forma retroativa a partir de 1º de maio de 2016.



CONFERÊNCIA NACIONAL

Veja outras reivindicações que constam na pauta dos bancários



EMPREGO

Entre as principais reivindicações dos bancários está o respeito aos empregos. Além do fim das demissões e mais contratações, os trabalhadores querem a promoção da igualdade de oportunidades para todos, o fim das discriminações na contratação, nos salários e na ascensão profissional de mulheres, negros, LGBT e pessoas com deficiência

(PCDs).

No combate à terceirização no sistema financeiro, será proposta a suspensão de todos os projetos dos que terceirizam serviços e a criação de uma comissão bipartite, com participação dos sindicatos e dos bancos, para reverter esse quadro e transformar todos os terceirizados em bancários.

Somente nos primeiros três meses do ano o lucro líquido dos cinco maiores bancos (Banco do Brasil, Caixa Federal, Bradesco, Itaú e Santander) chegou à marca de R\$ 13 bilhões. Dos 25 setores com empresas de capital aberto avaliados pela Consultoria Economatica, o bancário foi o de maior lucratividade no período. As receitas com prestação de serviços e tarifas cresceram 6,2%, atingindo R\$ 26,6 bilhões.

São apenas alguns dos dados que compõem os balanços das instituições financeiras e comprovam: não há razão para demitir. Os bancos têm de exercer sua função de atender bem à população, fornecer crédito para o desenvolvimento do país com juros baixos. E isso só se faz com bancários.

AGÊNCIAS DIGITAIS



A pauta deste ano conterà reivindicações específicas para agências digitais e sobre novas tecnologias. O tema é relativamente novo no setor bancário e ainda há muitos aspectos a serem regulamentados.

Uma questão fundamental, por exemplo, é o acesso dos dirigentes sindicais a essas unidades, que tem sido dificultado pelos bancos. Precisamos de uma cláusula na CCT [Convenção Coletiva de Trabalho] que garanta esse direito. Temos denúncias de que esses bancários trabalham até oito horas com headset, por isso, é fundamental uma cláusula que estabeleça no máximo seis horas, que é a jornada estabelecida por lei para quem trabalha com teleatendimento. A reivindicação da Conferência é de cinco horas sem redução do salário, inclusive para criação de mais empregos. Outro problema é que eles em geral têm um volume muito grande de clientes para atender, e isso também precisa ser revisto e clausulado na CCT.

SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO



Além da manutenção da luta contra o assédio moral e as metas abusivas, os bancários querem a melhoria nos programas de retorno ao trabalho, participação dos trabalhadores e dos sindicatos nas questões de saúde.

Queremos mais transparência no PCMSO [Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional] e acesso às informações que constam nos serviços médicos dos bancos, tanto em relação a exames periódicos quanto a ações preventivas implementadas pelas empresas. São destaques ainda as reivindicações sobre Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes): Uma das demandas é que todos os locais de trabalho tenham Cipa e que os treinamentos e a Sipat [Semana Interna de Prevenção de Acidentes] sejam presenciais e com participação dos bancários. Também será cobrado que os planos de saúde sejam mantidos após a aposentadoria do trabalhador e que sejam custeados pelas empresas.



SEGURANÇA BANCÁRIA

Em relação à segurança, os bancários reforçaram a necessidade de portas giratórias nas agências, instalação de biométricos nos caixas eletrônicos e o fim da guarda das chaves pelos trabalhadores, além da permanência de dois vigilantes por andar nas agências e pontos de serviços bancários.

A Fenaban tem de dar prioridade à proteção da vida humana, mas há uma resistência dos bancos. Os gastos com publicidade são muito maiores que com a segurança de seus empregados e isso tem de mudar.

MULHERES

Conferência repudia violência contra a mulher e desigualdade no trabalho e na sociedade



A luta das mulheres é a luta de todos os bancários e bancárias. Esta foi a mensagem dos delegados e delegadas da 18ª Conferência Nacional dos Bancários.

Os representantes da categoria em todo o país aprovaram moção onde se colocam “contrários a toda e qualquer forma de violência contra as mulheres, seja ela física, psicológica, simbólica, doméstica ou no âmbito do trabalho.”

Afirmam ainda que “A construção de uma sociedade justa e igualitária, com igualdade de oportunidades e sem discriminação de gênero, raça, orientação sexual, e pessoas com deficiência, ou de qualquer outra ordem, passa pela erradicação de todas as formas de violência de gênero, do combate a cultura do estupro presente na sociedade, disseminado e reforçado nos meios de comunicação que estereotipizam as mulheres como objetos e não como sujeitos.”

Consta da moção dados sobre violência contra a mulher. Entre 1980 e 2013 106.093 mulheres foram assassinadas no Brasil. A cada 11 minutos uma mulher é estuprada, esse número, no entanto, é subnotificado e pode ser muito maior, pois a maioria das mulheres tem medo de denunciar o agressor ou sente vergonha de ser submetida ao julgamento da sociedade

que tende a culpabilizar a mulher pela violência que sofreu.

PARIDADE DE GÊNERO

A Conferência Nacional dos Bancários teve a participação de 633 delegados, sendo que 233 mulheres (36,8%). Uma representatividade feminina muito aquém de seu peso na categoria, onde a metade é de bancárias.

Para buscar mudar este panorama foi aprovada a orientação de paridade de gênero para a próxima Conferência Nacional. A orientação visa ampliar a participação política e o empoderamento das mulheres no setor.

Mesmo sendo mais escolarizadas, as mulheres permanecem sendo discriminadas pelos bancos na sua remuneração, recebendo, em média, 26,3% a menos que os homens, conforme levantamento do Dieese.

Com relação a representatividade na luta sindical é importante destacar que o número de mulheres presidindo sindicatos e federações de bancários no país vem crescendo significativamente. Atualmente, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Petrópolis, FETEC SP, Pernambuco, Pará, e Campinas, entre outros, são presididos por mulheres.

Fonte: Contraf-CUT

SEMINÁRIO DEBATE SISTEMA FINANCEIRO E SOCIEDADE

Conferência dos Bancários foi aberta no dia 29 por palestras com especialistas que discutiram o papel dos bancos no Brasil



A Conferência Nacional dos Bancários teve uma novidade este ano: a realização do seminário 'Sistema Financeiro e Sociedade', que reuniu especialistas para discutir o papel dos bancos e do setor financeiro no país e lideranças como o ex-presidente Luiz Inácio da Silva.

Lula ressaltou que durante seu governo mais de 70 milhões de brasileiros passaram a ter conta corrente no sistema bancário.

“Saímos de 22,5% para 56% de crédito em relação ao PIB. Saímos de R\$ 380 bilhões em março 2003 para R\$ 2,7 trilhões em 2013. Quem salvou este país no momento de crise mais profunda foi o pobre.”

Outro palestrante, o economista Ladislau Dowbor mostrou como

os juros exorbitantes no Brasil atrapalharam a economia.

“O banco antigamente fazia o trabalho de identificar bons projetos produtivos. Agora, para que arriscar? É só aplicar na taxa Selic, que rende 14,25% sem riscos de perdas. E isso derivou para o setor empresarial. Para que o empresário vai se matar com insegurança econômica e investir no setor produtivo se pode aplicar na Selic? O resultado prático é que em março de 2005, 19,3% da renda das famílias estava comprometida com o pagamento de dívidas, e passou para 46,5% em 2015. É um crédito que não facilita, mas extorpe. Não tem economia que funcione com esse sistema de juros escorchantes que

se desenvolveu no Brasil.”

Luiz Gonzaga Belluzzo, também economista, ressaltou que em 2015 os brasileiros pagaram R\$ 510 bilhões com os juros dos títulos da dívida pública – remunerados pela taxa Selic. Mais do que a soma do orçamento da Saúde, Educação, Transporte, Desenvolvimento Social e Defesa.

“Quando você fala em juros, os economistas conservadores olham para o outro lado, não querem discutir esse assunto, porque é incômodo. Mas nós temos de bater nessa tecla. Isso está na fonte do enriquecimento e do empobrecimento indevidos”, afirmou.

Mestre em direito tributário, Ricardo Lodi também criticou os ju-

ros praticados pelos bancos no Brasil.

“Não existe uma discussão séria sobre orçamento, sobre direitos e deveres na sociedade, se não enfrentarmos dois problemas: uma taxa de juros que transfere riqueza do trabalhador para o rentista e um sistema tributário que contribui para que a riqueza saia da base da pirâmide e vá para o topo”.

A ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, destacou que antes do golpe o Brasil estava no caminho certo, de redução da miséria.

“Temos que ter um olho na utopia e outro na resistência para que tudo não se perca”, afirmou.

